

Jornal Extra Online (RJ) – 19/05/2008

ANÁLISE-Deságio de Jirau surpreende e mercado refaz contas

DENISE LUNA - REUTERS

RIO DE JANEIRO - Mais uma vez o leilão de concessão de uma usina hidrelétrica do rio Madeira, em Rondônia, surpreendeu o mercado, que agora refaz suas contas para entender como o grupo liderado pela belgo-francesa Suez Energy conseguiu oferecer um preço 21,5 por cento inferior ao inicial de 91 reais o megawatt hora.

No leilão anterior, da usina de Santo Antônio, vencido pelo consórcio derrotado em Jirau e liderado por Furnas e Odebrecht, o deságio foi de 35 por cento sobre um preço mínimo de 122 reais o megawatt hora e a expectativa para o segundo leilão era de desconto de no máximo 10 por cento sobre o preço mínimo.

"Foi um resultado ruim, com retorno bastante duvidoso considerando os parâmetros que a gente têm disponíveis hoje, e principalmente levando em conta a trajetória altamente positiva que a Suez tem no Brasil", afirmou a analista Mônica Araújo, da corretora Ativa.

Em leilão realizado pela Suez na sexta-feira, para venda de 30 por cento da energia de Jirau ao mercado livre, o preço girou entre 120 e 130 reais o megawatt hora, dependendo do prazo da entrega, segundo a Comerc, uma das principais comercializadoras e gestoras de energia do país.

As ações do braço da companhia no país, a Tractebel Energia Suez, sentiram imediatamente a desconfiança do mercado em relação ao preço oferecido pelo consórcio, que é integrado também pelas estatais Eletrosul e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), além da construtora Camargo Corrêa.

Os papéis da Tractebel fecharam em queda de 6,03 por cento, enquanto o Ibovespa subiu 0,92 por cento no dia. A Suez Energy, por meio da Tractebel Energia Suez, é responsável por cerca de 8 por cento da geração de energia no Brasil. A empresa é líder em geração privada com um parque gerador de 13 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.918 megawatts.

MENOS CUSTOS

De acordo com o analista do Banif Vicente Koki, apesar da tarifa ter ficado abaixo da expectativa do mercado, ainda é preciso analisar os fatores que levaram a Suez a fazer a oferta.

"Não acho artificial não (o preço), acho que tem uma boa matemática para dizer que esse preço é competitivo, mas precisa ver o que eles vão mostrar mais para frente", avaliou.

O presidente do consórcio vencedor, Energia Sustentável do Brasil, Victor Paranhos, explicou que o deságio foi possível após estudos que apontam para a antecipação do início da operação da usina, de janeiro de 2013 para março de 2012, e pela redução de custos.

Para o professor Nivalde de Castro, coordenador do grupo de estudos de energia elétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, três fatores foram decisivos para a vitória do grupo da Suez: a mudança no projeto; a realização de um leilão na sexta-feira que balizou o preço e a demanda em relação ao mercado; e a incorporação dos ganhos que o grau de investimento recém conquistado pelo Brasil dará ao país.

"O Brasil vai passar a receber muitos investimentos estrangeiros buscando projetos de longo prazo em setores com marco regulatório estabilizado, e o setor elétrico é o que tem o melhor marco regulatório do país", disse Castro.

Ele disse ter ficado surpreso com o deságio alcançado na venda, já que estimava no máximo 10 por cento.

"O fator mais relevante é que o projeto de engenharia apresentado por esse consórcio era mais barato do que o do consórcio perdedor, eles vão mudar o tipo de turbina a ser utilizada, por exemplo e antecipar a operação", destacou.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o grau de investimento foi fator decisivo para a agressividade da proposta da Suez, e o desafio agora está nas mãos do novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

"O grande desafio agora cai no colo do novo ministro para que as próximas etapas de licença ambiental sejam eficientes, ainda mais que eles anteciparam o projeto", destacou Sales.

O consórcio vencedor terá que detalhar os programas ambientais previstos no Estudo de Impacto Ambiental e entregá-lo para análise e aprovação do Ibama para receber a licença de instalação e depois de operação.

(Edição de Marcelo Teixeira)